

GENEALOGIA DA ESCOLA

Norberto Dallabrida

Doutor em História Social pela USP, autor do livro “A Fabricação Escolar das Elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República” e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UDESC

E-mail: f2nd@udesc.br

VARELA, Julia; ÁLVAREZ-URÍA, Fernando. **Arqueología de la Escuela**. Madrid: La Piqueta, 1991. (Genealogía del Poder, 20).

Nas últimas décadas, a história da educação vem sendo renovada pelas metamorfoses da historiografia, bem como pelas transformações ensaiadas pela pedagogia. Ela deixa de se restringir à história das idéias pedagógicas e da legislação do ensino e procura se interessar por toda a atividade educativa, desbravando novos e sedutores objetos de investigação. Ao se oxigenar, a história da educação passa a colocar o foco sobre os atores educativos, contemplando experiências de alunos e vidas de professores. Desloca o olhar histórico para as práticas no interior das instituições escolares, dando visibilidade às operações de recorte e organização das “disciplinas-saber”, aos regimes disciplinares e à constituição social de clientelas. Passa a contemplar o estudo dos sistemas educativos e das redes escolares, que são cotejados em nível regional, nacional e global e procura compreender também as idéias pedagógicas na arena dos jogos de poder escolares e sociais.

O olhar histórico sobre os velhos e novos objetos educativos vem sendo feito a partir de abordagens inéditas. O tempo curto dos eventos pontuais é enriquecido pela multiplicidade temporal, em que se destaca a descontinuidade visualizada na longa duração. Essa concepção temporal está vinculada à virada historiográfica que opera a desnaturalização dos objetos históricos, pelo simples fato de eles não terem existência trans-histórica. A pesquisa histórica contemporânea vai além dos documentos escritos, passando a contemplar fontes iconográficas e depoimentos orais, que são lidos a partir de suas condições sociais de produção, entranhadas de relações de poder. Ademais, a escola e outras instituições educativas deixam de ser vistas como meras instâncias de reprodução das condições econômicas, e são concebidas como instituições produtoras de subjetividades e identificações, geralmente contribuindo para a manutenção das desigualdades sociais.

A coletânea de ensaios que compõem o livro “Arqueología de la escuela” apresenta uma releitura da função social das instituições educativas da Espanha no mundo pós-medieval, ou seja, da chamada Idade Moderna até o final do século XX. Essa obra elaborada pelos sociólogos espanhóis Julia Varela e Fernando Alvarez-Uría se inscreve no movimento contemporâneo de inovação da história da educação, que procura fazer leituras temporais inquietantes acerca da prática educativa. Rigorosamente, trata-se de uma genealogia da escola, ou seja, uma forma específica de fazer história da instituição escolar, que privilegia (re)invenções e sublinha diferenças, buscando a alteridade com o passado. Aplicando o “método genealógico”, Varela e Alvarez-Uría propõem a desnaturalização da escola, acreditando que a sua universalidade e eternidade não passam de uma ilusão e pretendem reler o passado para ajudar a compreender o presente, “rastrear continuidades obscuras” e, sobretudo, constatar que os modos de educação escolar são plasmados por múltiplas e sutis relações de poder e configurações de saber. No entanto, neste trabalho genealógico, há uma preocupação sociológica instigante na medida em que os autores procuram vincular os discursos e as instituições educativas aos grupos sociais que os propõem e impõem para se legitimarem socialmente.

Não por acaso o livro começa com o contraste entre as práticas educativas medievais e as formas modernas de escolarização. Nesta direção, os autores defendem que a instituição escolar moderna foi inventada no século XVI pelos reformadores protestantes e católicos, motivados pelo desejo de manufaturar a alma de seus fiéis. Em torno desse “acontecimento” e de seus desdobramentos giram os dois primeiros ensaios do livro, que procuram vincar a descontinuidade provocada sobremaneira pela fragmentação do cristianismo resultante das reformas religiosas. No primeiro ensaio intitulado “La maquinaria escolar”, os sociólogos espanhóis analisam com acuidade a emergência das peças da engrenagem escolar espanhola – e europeia –, que contribuiu para construir a primeira modernidade ocidental. Entre as peças dessa maquinaria escolar plasmadas por reformadores religiosos na virada da Idade Média para os tempos modernos destacam-se a criação do estatuto da infância, a instituição do espaço escolar fechado, a formação de um corpo de especialistas, a individualização dos alunos, que desqualificou formas medievais de socialização. No mundo católico, do qual a Espanha faz parte, os sociólogos espanhóis chamam a atenção para o surgimento dos colégios e da pedagogia jesuítica, oficializada na *Ratio Studiorum*, e sua disseminação na Europa católica, bem como no mundo colonial ibero-americano, africano e asiático.

As reflexões genealógicas e sociológicas sobre as atitudes perante a infância estão detalhadas em “Figuras de infancia” – o segundo e muito instigante ensaio. A infância

também é desnaturalizada, indicando a sua quase inexistência no mundo medieval e o seu nascimento impreciso nos séculos XVI e XVII. Aqui se pode perceber a presença dos trabalhos brilhantes de Philippe Ariès, considerado o pioneiro na análise histórica da infância, mas tendo seus limites apontados à luz do enfoque sociológico. Desta forma, Varela e Alvarez-Uría constatarem com sutileza que, na Idade Moderna, as figuras de infância variaram segundo classe social e gênero, indicando que as crianças que passaram a ter relevo social foram sobretudo aquelas das elites cortesãs e do sexo masculino. A nova sensibilidade perante as crianças é percebida nos discursos dos humanistas e dos reformadores religiosos e também nas pinturas da corte espanhola – em que se destacam os quadros inebriantes de Diego Velázquez. Por outro lado, os sociólogos espanhóis afirmam: “Ariès relega a um segundo plano um tanto longínquo as táticas empregadas no recolhimento e moralização dos meninos pobres. Esta relegação impede-o de perceber que a constituição da infância de qualidade forma parte de um programa político de dominação [...]” (p.25).

O terceiro ensaio da obra, sob o sugestivo título “La ilustración y su sombra. Dominación cultural y pedagogía social en la España del siglo de las Luces”, realça as sombras do iluminismo espanhol, procurando constatar permanências obscuras e curiosas. A ilustração é vista como um movimento de uniformização cultural, uma “maquinaria sócio-cultural”, que procurou desqualificar e colonizar a cultura das classes populares. Assim, no século XVIII, houve a imposição do castelhano como língua nacional e a marginalização dos diversos dialetos falados no território hispânico – processo autoritário similar àquele colocado em marcha pelas reformas pombalinas em Portugal e no Brasil. O processo de violência simbólica é analisado de forma mais detalhada na educação popular, na qual a utopia iluminista se materializou efetivamente, homogeneizando o mosaico de manifestações culturais existentes à época. Essa questão é tratada especificamente no texto “La educación popular ilustrada o cómo fabricar sujetos dóciles y útiles”. Neste ponto, os sociólogos espanhóis carregam as tintas para sublinhar a sua tese de fundo: a elite iluminista laicizou as peças principais da maquinaria escolar produzida pelos reformadores religiosos no fervor e no terror das guerras de religião. E concluem que o fanatismo – religioso ou iluminista – é uma das chaves da modernidade.

O quinto ensaio, “La escuela obligatoria, espacio de civilización del niño obrero”, procura mostrar que a escola primária obrigatória, instituída na Espanha – e nos países europeus – a partir do final do século XIX, teve por finalidade educar, moralizar, adestrar, “civilizar” as classes populares para o trabalho manual produtivo e obediente. É uma reflexão sociológica enervante para quem pensa, romanticamente, que a expansão do sistema escolar

de corte nacional proporcionou a democratização da educação. Trata-se de um texto-chave no livro em tela, porque dialoga com os períodos históricos pós-medievais anteriores na medida em que argumenta que a maquinaria escolar da escola nacional obrigatória não se instituiu como um fato novo – como quer certa historiografia da educação –, mas ela se apropriou, aprimorou e deu forma nacional à maquinaria escolar inventada pelas associações religiosas – protestantes e católica – desde as reformas religiosas do século XVI. Por outro lado, esse texto se desdobra nos ensaios seguintes intitulados “Los niños ‘anormales’. Constitución del campo de la infancia deficiente y delincuente” e “Escuela de delincuentes”, na medida em que ele argumenta que a obrigatoriedade escolar criou dois tipos de infância: a delinqüente – isto é, os meninos de rua – e a anormal, formada pelos alunos que não se adaptam à normalização da escola primária nacionalizada.

No penúltimo ensaio, “La escuela empresa: neotaylorismo y educación”, Varela e Alvarez-Uría analisam as novas tecnologias de “governo” reinventadas nas prisões, nas fábricas, nas escolas, entre outras instituições sociais, durante o século XX, com destaque para os EUA, considerados a “pátria do taylorismo”. Eles constatam que o ensino taylorizado, calcado no mérito individual, que destrói os movimentos estudantis e desconsidera as desigualdades sociais, foi introduzido na Espanha por tecnocratas, discípulos em boa medida do monsenhor Escrivá. Ademais, a partir do método genealógico, que procura compreender um misto de transformações e de “continuidades obscuras”, os sociólogos espanhóis afirmam, de forma provocativa: “Em realidade, a escola-empresa mantém e reforça as peças essenciais que constituem o molde pedagógico criado pelos jesuítas na Contra-Reforma”. E concluem que o neotaylorismo contemporâneo opera uma “readaptação dos velhos métodos” às novas condições de produção econômica e escolar.

Por fim, em “Clases sociales, pedagogías y reforma educativa”, o ensaio que desfecha a obra, Varela e Alvarez-Uría sublinham as suas convicções teóricas acerca da análise sócio-histórica da educação e refletem sobre as reformas educacionais contemporâneas na Espanha. Esse texto reafirma a importância da “sociologia histórica da educação” para compreender a educação no presente, que em boa medida é construída por heranças de média e longa duração. A sociologia genealógica produzida por Varela e Alvarez-Uría é de inspiração foucaultiana, entranhada nas narrativas analíticas e espirituosamente presente nos títulos dos ensaios. Nos seus trabalhos, Michel Foucault faz referências esparsas e muito oportunas sobre a educação escolar – como por exemplo as análises sobre a educação dos jesuítas e dos lassalistas e a escola normal em “Vigiar e Punir” –, mas não se debruçou em torno da questão da escolarização. A originalidade das reflexões dos sociólogos espanhóis reside justamente no

fato de eles pensarem as instituições escolares a partir das lentes genealógicas do filósofo francês.

No entanto, a análise genealógica é “sociologizada” por meio da introdução de marcadores sociais como gênero e, principalmente, classe social, apoiando-se em trabalhos instigantes de Norbert Elias e Pierre Bourdieu. As descontinuidades ou as permanências históricas não são abstratas, mas estreitamente vinculadas aos grupos sociais. Dessa forma, não há referência ao processo educativo, mas uma reflexão consistente sobre os modos de educação, que variam historicamente de acordo com os grupos sociais e suas estratégias de aquisição, manutenção e legitimação do poder.

O livro “Arqueología de la escuela” é, portanto, uma excelente análise histórica da educação espanhola – mas também européia e ocidental – no período pós-medieval, que procura perceber a permanência e atualização da “maquinaria escolar” plasmada pelo catolicismo jesuítico nos modos de educação contemporânea.